

pois é efectivamente perseguida: todos a hostilizam e em todas as «perseguições» narradas a IURD tem razão. Parece assim legitimado — sem provas — o complexo persecutório da organização.

O livro tem, contudo, muito a seu favor. Clara Mafra tem talento: revela sentido da intriga, da acção e do conflito, o que torna a leitura atraente; desdobra sempre um fio que prende o leitor; a sua prosa encanta; tem traquejo universitário e, por exemplo, cita quase sempre adequadamente. A bibliografia é actualizada e, geralmente, foi consultada. O interesse pela leitura de *Na Posse da Palavra* é aumentado pelo seu enciclopedismo e por nos poupar o aborrecimento do exame exaustivo seja de que problema for. O livro tem numerosas informações sobre a vida e métodos da IURD, as quais, na perspectiva institucional, não são sistemáticas.

A edição é boa e confortável. Há, contudo, algumas linhas empasteladas (entre as pp. 202 e 203). O livro tem índice de assuntos, mas com falhas; por exemplo: falta o «chuto da santa» e a «teologia da prosperidade» apenas vem mencionada na p. 78 (quando surge pelo menos também na p. 194). O índice segue alguns critérios de alfabetização inesperados: «pastor Caio Fábio» surge em «pastor».

Ah! Digamo-lo de passagem: é inexacto que galinha de cabidela (no Brasil designada por «ao molho pardo») seja o prato «habitual» que as famílias portuguesas comem ao almoço de domingo «em todo o território nacional» (p. 84).

*Fernando Farelo Lopes e André Freire, Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais — Uma Introdução*, Oeiras, Celta, 2002, IX + 195 páginas.

Trata-se de um livro oportuno que, não sendo um manual propriamente dito, constitui uma extensa revisão da matéria e corresponde às necessidades do ensino e aprendizagem da ciência política. É excelente que este tipo de publicações ocorra cada vez com maior frequência, pois isso testemunha do desenvolvimento e da crescente consagração da disciplina em Portugal. Para além disso, este estudo tem o valor substantivo muito apreciável do seu contributo para o conhecimento do sistema político-partidário português.

Os autores dividiram o livro equitativamente entre eles, tratando Fernando Farelo Lopes (FFL) dos partidos políticos e André Freire (AF) dos sistemas eleitorais. Ambos escrevem com uma clareza rara na comunidade das ciências sociais portuguesas e os leitores não podem deixar de lhes ficar gratos por isso. E ambos tendem também a adoptar o ponto de vista politológico de subsumir a história e as suas contingências e lições no típico formalismo da política comparada, *comparative politics*, o que já é porventura menos de louvar.

Em compensação, as estratégias de exposição de cada um dos temas são diferentes: enquanto FFL se debruça primeiro sobre os partidos políticos em geral e depois sobre o

actual sistema partidário português, AF trata do caso nacional ao mesmo tempo que vai apresentando, sucessivamente, as diversas questões que se levantam a propósito dos sistemas eleitorais.

Finalmente, ambos voltam a convergir numa comum adesão às preocupações dominantes do *mainstream* da ciência política e numa notável, ainda que por vezes frustrante, suspensão de quaisquer juízos de valor sobre os méritos convencionalmente atribuídos aos regimes representativos em vigor, hoje em dia, numa parte do mundo mais escassa do que se poderia pensar pela leitura do livro.

Com efeito, a chamada democracia é um fenómeno menos universal, sobretudo se formos exigentes quanto à qualidade do seu funcionamento, do que o *mainstream* da ciência política dá geralmente a entender. Mas esta é uma discussão que terá de ficar para outra altura, embora o livro acabe por oferecer, nem que seja indirectamente, um contributo estimulante para este debate, pelo que não resistirei a voltar ao assunto a propósito de algumas das inúmeras questões levantadas por ambos os autores.

Na primeira parte do livro, FFL debruça-se, assim, sobre um dos grandes temas recorrentes da ciência política, a saber, os partidos. Como é sabido, para a politologia convencional, seja a de inspiração norte-americana, seja a originária do constitucionalismo europeu, o Estado e as suas divisões administrativas são, virtualmente, o único terreno da vida política e, para essa politologia, é como se toda a

vida política se resumisse aos partidos políticos.

Os sistemas representativos, que conheceram nas duas últimas décadas e meia — exactamente, desde o 25 de Abril de 1974 — uma nova vaga de difusão, têm por assim dizer um pacto genético com os partidos, ou seja, não há representação minimamente genuína sem competição e não há competição minimamente livre sem partidos. A apologia da democracia confunde-se, pois, com a dos partidos.

Acontece, todavia, que a inversa não é verdadeira, isto é, contra a própria etimologia, segundo a qual um partido não pode representar, por definição, mais do que uma *pars* do corpo político, há partidos, movimentos e organizações semelhantes sem livre competição nem, portanto, democracia. E se quisermos ser exigentes, teremos de reconhecer que também há regimes de feição liberal oligárquica, onde a função representativa foi de tal modo açambarcada pelos partidos que mal se pode falar de democracia em sentido pleno.

\*

Seja como for, no seu estudo, FFL interessou-se basicamente por esses partidos cuja existência está reciprocamente ligada às democracias liberais, com tendência para excluir da análise partidos alegadamente anti-sistema, como os partidos comunistas, onde estes ainda existam. E dentro dos partidos sistémicos, interessou-se sobretudo pela sua dimensão organi-

zacional enquanto teste, por assim dizer, à tipologia das suas origens e dos respectivos processos de institucionalização e maturação.

Pessoalmente, estava pouco familiarizado com esta abordagem institucional, aqui protagonizada pelas teses de Angelo Panebianco<sup>1</sup>, e fico portanto grato ao autor pela abertura desta perspectiva fundamental para compreender como funcionam concretamente os partidos políticos, pelo menos em alguns regimes representativos consolidados. Em compensação, é lícito perguntar por que motivo considera FFL esta abordagem mais «sofisticada» (p. 17) do que anteriores perspectivas de análise histórica e sociológica dos partidos? Complementar sem dúvida; alternativa à análise histórica e social, não creio.

E já agora acrescento que foi pena ele ter optado por não aprofundar a «crescente indiferenciação ideológica e programática entre os principais partidos da esquerda e da direita» (p. 13). Com efeito, esta evolução recente da maior parte dos sistemas partidários europeus, aliás precedida há bastante tempo pelos sistemas norte-americano e japonês, é absolutamente crucial para entender o fim da «democracia enquanto luta de classes por

via pacífica», para usar a expressão de Lipset nos anos 50!

De qualquer modo, retenho da exposição do autor a ideia — decisiva — de que o processo de institucionalização organizacional por que passam os partidos sistémicos conduz à perda gradual do seu carácter original de instrumento ao serviço de determinadas finalidades, transformando os partidos em fins em si mesmos (p. 23). Parece-me, com efeito, que esta dimensão acaba por ser mais relevante do que as variantes tipológicas segundo as quais os partidos políticos se institucionalizam ou, alternativamente, tendem a desaparecer.

O realismo desta descrição, pois é disso que se trata, adensa-se quando FFL chama a atenção para factos que passam frequentemente despercebidos à maioria dos observadores, como acontece, segundo Duverger, com a adaptação das estruturas partidárias aos diversos graus de centralização dos aparelhos de Estado, fazendo pois dos partidos, quaisquer que sejam as ideologias invocadas, réplicas das estruturas estatais (p. 34).

Assim, em vez de alegados articuladores dos valores e interesses presentes na chamada sociedade civil, os partidos políticos acabam por funcionar sobretudo como prolongamentos cúmplices do aparelho de Estado junto da sociedade que supostamente representariam. Outro aspecto não menos relevante é a crescente subordinação dos parlamentos aos executivos (p. 35), e o autor podia ter acrescentado — dos executivos aos chefes de governo.

---

<sup>1</sup> Não se percebe exactamente qual o livro utilizado e qual a data da primeira publicação, pois a referência castelhana dada por FFL (*Modelos de Partidos*, Alianza, 1995) não bate certa com a referência inglesa que possuo (*Political Parties: Organisation and Power*, CUP, 1988).

Na minha opinião, estas tendências são tão importantes ou mais do que as próprias mudanças sociais na explicação da acelerada transformação dos antigos partidos de massas em *catch-all-parties* sem definição nem mobilização ideológica e na crescente parecença destes últimos com os velhos partidos de quadros anteriores à massificação da vida política, desde finais do século XIX ao período de entre guerras (p. 35). Por outro lado, no lugar do autor, eu teria dado mais importância e pormenor aos novos meios de comunicação social na explicação da degradação da comunicação política e da fulanização e faccionalização dos partidos.

A concluir o comentário sobre este óptimo ensaio acerca da «origem, institucionalização e maturidade dos partidos», talvez tivesse sido útil — e certamente mais interessante do que a opacidade própria de aparelhos partidários apostados exclusivamente na conquista do poder e na repartição dos seus despojos — uma alusão às alternativas sociais ao monopólio partidário, na linha daquilo a que Ostrogorski se referia, há um século, quando falava das *ligas* de intervenção política com objectivos e prazos precisos e lideranças limitadas no tempo.

No seu ensaio final sobre os partidos políticos portugueses numa perspectiva organizacional, FFL oferece-nos um texto original — virtualmente inédito — sobre o nosso actual sistema partidário. A verdade é que, apesar de terem já decorrido quase três décadas sobre o 25 de Abril, ainda não possuíamos uma visão

global do conjunto dos partidos portugueses<sup>2</sup>.

Confesso que me surpreendeu, da parte de alguém que conhece bem a história política portuguesa do século XX, a pouca importância atribuída por FFL às clivagens sociais históricas bem como à questão do comunismo em Portugal, sobretudo agora que dispomos de um trabalho como o de Pacheco Pereira, que mostra efectivamente a relevância do Partido Comunista na história política portuguesa durante toda a vigência do Estado Novo (pp. 46-47). Decididamente equivocada parece-me, por outro lado, a ideia de que o PS fundado em 1973 por Mário Soares e os seus companheiros constitua, de perto ou de longe, uma refundação do velho Partido Socialista Português (p. 43).

Em compensação, é extremamente interessante — e de uma importância decisiva para perceber os disfuncionamentos que o nosso regime representativo tem vindo a revelar — a forma como o autor mostra que, tirando o PCP, todos os outros partidos são basicamente feitos pelas eleições e para elas, constituindo-se desde o início mais como *partidos de eleitores*, com manifestas tendências oligárquicas, do

---

<sup>2</sup> Por coincidência — ou talvez não —, foi defendida em Junho de 2002, na Universidade de Oxford, a primeira tese de doutoramento sobre este tema, *The Evolution of the Portuguese Party System in Comparative European Perspective since 1974*, de Carlos Jalali. Foi pena que os autores não tivessem tido conhecimento dos respectivos trabalhos, pois há bastantes convergências entre eles quanto às conclusões.

que como *partidos de massas* no sentido histórico do termo, independentemente do número de adesões que terão chegado a ter e, por vezes, ainda reivindicam, como sucede com o PS e o PSD (p. 53)<sup>3</sup>.

Acresce que, do ponto de vista organizacional e das relações entre dirigentes e deputados, estes partidos também não assumem totalmente as características modernas da família dos *catch-all-parties* europeus, surgindo assim — a conclusão é minha — basicamente como facções sem ideologia nem base social definida, que vivem essencialmente através dos *media* e para as eleições (p. 65). Seja como for, as diferenças entre os partidos portugueses e a maior parte dos seus congéneres europeus revelam-se, segundo o autor, maiores do que se poderia supor.

Não é possível comentar cada uma das dimensões organizacionais sucessivamente analisadas por FFL, mas não posso deixar de mencionar a discussão — demasiado benevolente, a meu ver — sobre o financiamento dos partidos<sup>4</sup>, bem como a análise

---

<sup>3</sup> Os dados fornecidos na p. 59, surpreendentemente recuperados em autores estrangeiros, poderiam ser utilmente comparados com os resultados encontrados pelo método do inquérito individual, por exemplo, no meu artigo sobre os «Grupos de simpatia partidária em Portugal», publicado em 1995 na *Análise Social*.

<sup>4</sup> Desde a publicação deste livro foi defendida no Instituto Universitário Europeu, pelo jovem politólogo português Luís Manuel Pinto de Sousa, uma excelente tese sobre corrupção política no Reino Unido, em França e em Portugal — *Corruption: Assessing Ethical Standards in Political Life Through Control Policies*.

das relações dos partidos com organizações afins e com a sociedade civil em geral. Questões importantes que, apesar de uma abordagem prudente e pouco conclusiva, abrem uma linha de análise inédita sobre os partidos portugueses.

O mesmo se diga da questão do clientelismo, acerca da qual FFL escreveu há tempos um artigo excelente, comparando desta vez o autor as estruturas partidárias regionais e locais dos partidos a verdadeiras redes clientelares, que reproduzem por sua vez as tradicionais relações assimétricas entre as elites locais e o Estado central, agora intermediadas pelos partidos de governo (pp. 72-74).

Nestas condições, não é de admirar que os partidos portugueses apresentem um fraco nível de integração vertical com as camadas sociais que supostamente representam, deslizando frequentemente para uma aparente integração horizontal através dos chamados independentes. Na realidade, porém, estes não são «dirigentes de organizações com peso social e político» mas, sobretudo, personalidades mediáticas que nada acrescentam à representação da sociedade civil (p. 79).

Numa preciosa nota conclusiva, Farelo Lopes marca bem que «a concorrência eleitoral não é só uma influência de peso» na evolução organizacional dos partidos, «como faz também parte da fase originária» (p. 83), o que aponta para a descrição dos principais partidos portugueses como *partidos-cartel*, ou seja, organizações debilmente integradas internamente e com fracas relações exter-

nas, caracterizadas pela «interpenetração entre os partidos de governo e o Estado e [...] um conluio interpartidário tendo em vista assegurar a continuidade do fluxo de recursos» (pp. 86-87).

É uma conclusão que merece seguramente reflexão e só é pena o autor não a ter relacionado com o peso da integração europeia na evolução — acentuadamente regressiva do ponto de vista da qualidade da democracia, penso eu — do nosso sistema político-partidário.

\*

E já que estes partidos, mais ainda do que outros, existem pelas e para as eleições, é lógico e pedagógico tratar no mesmo livro os sistemas eleitorais. É o que faz André Freire, na segunda parte da obra, com a competência que se lhe conhece de outros trabalhos: conhecimento exaustivo da bibliografia nacional e internacional, pesquisa sistemática de quase todas as dimensões envolvidas e clareza na exposição.

Com as nove secções em que se divide este longo ensaio sobre os sistemas eleitorais, ficamos a saber virtualmente tudo o que é preciso saber sobre o assunto, que é por natureza bastante técnico e frequentemente árido, como acontece por exemplo com as questões da conversão de votos em mandatos e outras. O autor fornece mesmo um glossário sem o qual o comum dos mortais se perderia na intrincada literatura sobre a matéria.

AF leva ainda mais longe do que Farello Lopes a tendência dos polítí-

logos para fazerem abstracção das contingências históricas. Por outras palavras, pouca ou nenhuma história faz dos sistemas eleitorais. Nada diz, nomeadamente, acerca da evolução histórica deste extraordinário artefacto social que são as eleições. Por exemplo, não discute a magna questão da franquia e das lutas a favor e contra o seu alargamento, até à descoberta do sufrágio universal — masculino — na França de 1848.

Foi pena, porque esta dimensão histórica teria dado ao estudo dos sistemas eleitorais um teor menos jurídico-formal, em suma, menos elitista, do que aquele que acaba por dominar o texto. Como o próprio AF reconhece para o final do estudo, os princípios da representação são historicamente anteriores às fórmulas de conversão dos votos em mandatos e a escolha dos sistemas eleitorais constitui sempre uma resposta a determinadas condições políticas, nunca tendo essas fórmulas sido implementadas como «sistemas sem efeitos» (p. 174).

Também teria sido interessante — e actual — uma discussão acerca do objecto das eleições: assegurar a representação política mais equitativa possível de uma população dada ou legitimar a escolha do governo? Dito de outro modo, como ele brevemente alude sem no entanto aprofundar o tema, qual dos dois objectivos dos sistemas eleitorais — representatividade e governabilidade — tem a primazia? E já agora, qual o exacto estatuto da chamada personalização entre os objectivos dos sistemas eleitorais?

As respostas dadas a tais perguntas seriam da maior importância para nos orientarmos no actual debate sobre a reforma do sistema eleitoral português. Por exemplo, se considerarmos que o parâmetro da representatividade é claramente mais importante do que o da governabilidade e que a personalização dos eleitos não é um objectivo essencial do sistema eleitoral, então não se vê quais os motivos para modificar o actual sistema; em contrapartida, se as funções atribuídas ao sistema eleitoral forem diferentes, já se percebem melhor as razões para a reforma. Mas o autor é omissivo a este respeito.

Dito isto, não só se aprende imenso com este ensaio como é possível reter vários temas de grande relevância, que transcendem o tecnicismo em que esta literatura por vezes se esgota. Para citar apenas algumas das discussões mais vivas entre nós, AF dá um contributo excelente para a compreensão das vantagens e inconvenientes do chamado sistema de representação proporcional personalizada (em vigor na Alemanha e que seduz certos líderes de opinião, bem como alguns dirigentes do PS e do PSD).

Com efeito, mantendo sempre uma notável neutralidade axiológica, o autor não deixa de mostrar as falácias que podem estar implicadas tanto nos objectivos manifestos daquele tipo de sistema eleitoral, como seja evitar a fragmentação do sistema de partidos, quanto nos seus efeitos, a começar pela própria personalização, que pode estar ligada à escolha

dos candidatos pelos partidos e não à alegada proximidade proporcionada pelos círculos uninominais (pp. 123 e segs.).

Outro exemplo relevante é a discussão da própria crise dos parlamentos, que o autor aborda de forma indirecta e na medida em que possa estar relacionada com o sistema eleitoral, nomeadamente em Portugal (pp. 146 e segs.). Apoiando-se em estudos do falecido Luís Sá, AF abre a porta à hipótese de que a subalternidade dos parlamentares tenha mais que ver, como Farello Lopes por outras vias indicaria, com a ligação dos partidos ao Estado e com as campanhas eleitorais mediaticamente concentradas nos «candidatos a primeiro-ministro» do que com uma alegada falta de proximidade entre eleitos e eleitores provocada pelos círculos plurinominais.

Quanto ao «afastamento dos cidadãos da política», o autor chama oportunamente a atenção para a relação estabelecida entre a chamada personalização do voto, a insatisfação com a democracia e a desconfiança nas instituições (p. 147). Em compensação, AF é demasiado prudente para alargar o feixe dos factores da actual crise da representação político-partidária ao recrudescimento daquilo a que um autor espanhol do final do século XIX, Joaquín Costa, já chamava *oligarquia y caciquismo*, mas não deixa de aludir a este último a propósito da alegada personalização do voto (p. 148).

Na última secção do ensaio, consagrada à dimensão crucial das rela-

ções tecidas entre sistemas eleitorais e sistemas partidários, o autor procede a um desses exercícios comparativos de que a politologia tanto gosta e que constitui o «prato de resistência» do estudo. É aqui que AF revela, para espanto de muitos certamente, que o nosso bendito sistema proporcional é, afinal, um dos que apresentam uma taxa mais elevada de... desproporcionalidade, só ultrapassada pelos outros novos regimes democráticos da Europa do Sul (p. 153)! E mostra ainda, como era de reear, que não é alto o nível de competitividade do nosso sistema partidário!

Por mais interessante que fosse, e seria de facto, não é este o momento para entrar em diálogo com o autor acerca das teorias convencionais sobre as relações entre sistemas eleitorais e sistemas partidários. Registe-se no entanto que, no que diz respeito a Duverger, haveria que desmontar historicamente os seus modelos e reconhecer, sob o chamado «efeito psicológico» da oferta eleitoral, a primeira manipulação política do eleitorado (pp. 158-162); quanto aos modelos de Douglas Rae, haveria que objectar o carácter frequentemente falacioso dos estudos eleitorais quantitativos, que tendem a legitimar os modelos pelos seus resultados (pp. 162 e segs.).

De facto, não é satisfatória, sobretudo para os derrotados, a conclusão segundo a qual «as diferenças de impacto dos sistemas eleitorais são apenas de grau e respeitam geralmente o sentido das

votações» (p. 164). Era o que faltava que não respeitassem e, mesmo assim, às vezes acontece que não respeitam o sentido intuitivo da votação, que é conferir a vitória a quem obtive mais votos! Mas basta ter em conta as restrições à competitividade efectiva e a desproporcionalidade da conversão dos votos em mandatos, para já haver suficientes motivos para recusar a simples legitimação dos sistemas eleitorais pelos seus resultados!

Com efeito, como mostraram Przeworski e Teune no seu livro sobre a lógica da comparação em ciências sociais (1982), mas também Sartori por vias diferentes, o comparativismo estatístico esconde geralmente inúmeras falácias que o conhecimento empírico de cada caso desfaz num minuto, como sucede com os casos do Quebeque ou da Índia, apresentados a título de exemplo nas pp. 165 e 166... Outros modelos, como o de Lijphart, apresentado nas pp. 175-178, sofrem demasiado de etnocentrismo para serem aceites fora do âmbito restrito da Europa ocidental e dos Estados Unidos.

Seja como for, poucos serão os politólogos que, entre nós, conhecem melhor do que AF os modelos disponíveis na ciência política actual e, mesmo quando tenhamos dúvidas quanto aos pressupostos filosóficos de tais modelos, como é frequentemente o meu caso, aprende-se sempre imenso com a genuína erudição do autor. E neste sentido, é extremamente útil a aplicação do modelo de Sartori sobre as relações entre sistemas eleitorais e partidários a Portu-

gal, Espanha e Grécia (pp. 168 e segs., max. p. 171).

Finalmente, nas suas «notas conclusivas», o autor insiste na «influência limitada» dos sistemas eleitorais sobre a vida política, mas não deixa de a considerar «muito significativa». Com efeito, se essa influência é porventura limitada sobre o comportamento dos eleitores, como também acredito que seja o caso, o sistema eleitoral já tem um impacto muito significativo sobre a oferta partidária, o que não é pouca coisa para o condicionamento das escolhas eleitorais e, portanto, da vida política efectiva de qualquer país. O simples efeito psicológico do chamado «voto útil» nos círculos de pequenas dimensões é suficiente, entre nós, para afectar a desejável maximização da representatividade do sistema (p. 182).

Só noutra altura será possível discutir em profundidade as teses do autor sobre a origem, evolução e actual configuração do sistema partidário português, com que o volume termina, fechando por assim dizer a discussão encetada por Farelo Lopes. Não posso, contudo, deixar de emitir as minhas reticências quanto à obviedade com que AF parece aceitar a ideia de que o PCP seria o único responsável pelas «dificuldades na constituição de alianças à esquerda» em Portugal, para não falar do antigo PCI em Itália (pp. 183-184)!

Ao cabo destes breves comentários, em que não resisti a expor algumas das dúvidas que as teses dos autores me suscitaram, dou-me con-

ta de que se trata de um dos melhores estudos de ciência política publicados por autores portugueses e que muito haveria ainda a dizer acerca dele. Fica assim demonstrada a maturidade atingida pela disciplina entre nós e fica, sobretudo, o convite para pegarmos nas pistas abertas por Farelo Lopes e André Freire a fim de continuarmos o trabalho encetado por eles.

MANUEL VILLAVARDE CABRAL

*José Luís Cardoso, História do Pensamento Económico Português. Temas e Problemas, Temas de História de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, 118 páginas.

É sempre injusto identificar uma área de investigação científica com uma única pessoa. A ciência é sempre um trabalho comunitário. Mas no caso da *História do Pensamento Económico Português* e do professor José Luís Cardoso essa injustiça é menor do que a habitual. De facto, foi dos seus múltiplos trabalhos que, em grande medida, nasceu o interesse, se desbravou a matéria, se constituiu a escola e se recolheram os resultados. Como aconteceu entre nós em vários outros temas científicos, só nos últimos anos se passou nesta área do diletantismo intelectual para o estabelecimento de uma base sólida de conhecimentos. E, como tantas vezes é costume em Portugal, existe um nome incontornável na liderança desse esforço.